

DESENVOLVIMENTO, COOPERATIVISMO E CIDADANIA

DEVELOPMENT, COOPERATIVE AND CITIZENSHIP

*Noelle Lechat*¹
*Adriano Mauss*²

RESUMO - O presente artigo propõe-se a descrever alguns modelos de desenvolvimento, tais como o regional, o local, o endógeno e o solidário, estabelecendo-os como paradigmas contrapostos ao desenvolvimento econômico, que atualmente é o hegemônico. Posteriormente ao correto entendimento da questão realizou-se um estudo sobre o papel do movimento cooperativista junto a estes novos modelos de desenvolvimento alternativos e apontaram-se quais os eventuais benefícios que tal movimento poderia trazer ao modelo de desenvolvimento endógeno, local, regional e solidário. Entendeu-se que o cooperativismo pode contribuir para um modelo de desenvolvimento que atue na base para o global e que privilegie o sentido humano de desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE - Cooperativismo. Desenvolvimento. Solidariedade.

ABSTRACT - The present article considers to describe some development models, such as the regional, the local, the endogenous and the solidary, establishing them as paradigms opposed to the economic development, which currently is the hegemonic one. Later on to the correct agreement of the question, it was realized a study about the paper of the cooperative movement next to these new alternative development models and it was pointed the eventual benefits that such movement could bring to the endogenous, local, regional and solidary development model. It was understood that the cooperative can contribute for a development model that acts in the base for the global one and that privileges the development human sense.

KEYWORDS - Cooperative. Development. Solidarity.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ASSUNTO

O presente estudo consiste numa análise de modelos de desenvolvimento criados academicamente e do movimento cooperativista, realizando o engajamento de tais conceitos, no sentido de verificar quais os

¹ Doutora em Ciências Sociais e Professora titular do programa de Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUI. Antropóloga. E-mail: noelle_lechat@hotmail.com.

² Mestre em Desenvolvimento – UNIJUI. Especialista em Direito do Trabalho – UPF e em Direito Previdenciário – IMED. Graduado em Direito – UPF. E-mail: adriano.mauss@bol.com.br

modelos de desenvolvimento estudados que melhor se adaptam ao cooperativismo. Ou mesmo verificar se o cooperativismo se relaciona com algum deles.

Primeiramente, cabe ressaltar que o surgimento do cooperativismo está ligado à necessidade de desenvolvimento que os indivíduos almejam. O objetivo do cooperativismo é organizar as pessoas a fim comum, que pode significar uma melhor condição de vida, que se reflete, conseqüentemente, para a sociedade local. Atualmente, se as pessoas interessadas nesse movimento observarem os princípios informadores do cooperativismo, ele pode ser benéfico a qualquer indivíduo, sejam ele de qualquer padrão social, pois permite a organização de todos em prol de um objetivo comum que, caso bem administrado, poderá gerar maior valor agregado aos produtos e serviços comercializados. Entretanto, em seus primórdios, o objetivo específico era encontrar forma de organização dos trabalhadores contra o “capitalismo industrial” (SCHNEIDER, 1999, p. 35), baseados em conceitos socialistas, para pessoas que não possuíam muitas posses, a fim de buscar uma forma de melhorar sua condição de vida. Ou seja, desenvolver-se econômica e socialmente, através da melhoria nas formas de ajuda mútua e cooperação.

Assim o cooperativismo nasceu da luta dos operários e artesãos contra a exploração capitalista. Esse movimento foi uma tentativa de resistir à exploração capitalista, buscando uma forma autônoma dos trabalhadores produzirem e trocar entre eles suas próprias mercadorias e serviços. Ele nasce entrelaçado com o sindicalismo, nas inspirações owenistas, socialistas e anarquistas. Diante dessa origem é que surge a discussão se o cooperativismo poderia ser um instrumento para promover um novo modelo de desenvolvimento, diferente do atual causador de grandes desigualdades regionais e humanas.

Ocorre que atualmente muitos são os modelos de desenvolvimento e assim pode ser questionado que tipo de desenvolvimento é necessário, e possível, alcançar para os cooperativados. É importante a realização de um estudo para se compreender o modelo de desenvolvimento em que o cooperativismo melhor se insere. É imperioso estudar as novas vertentes doutrinárias sobre os modelos de desenvolvimento para que seja possível

definir qual traria melhores resultados, no sentido de proporcionar ao excluídos a possibilidade de se incluírem socialmente.

Aproveitando o ensejo, o que se observa na sociedade brasileira é a extrema desigualdade econômica e cultural entre os indivíduos que a compõe. Da mesma forma a desigualdade entre as várias regiões do país também é bastante evidente. Por isso discute-se o desenvolvimento, não apenas o econômico, mas o social. Enfim, a idéia do estudo é verificar em qual modelo de desenvolvimento que o movimento cooperativista poderá produzir melhores resultados no intuito de diminuir esse problema.

Embora exista muito material escrito sobre o tema, várias são as discussões existentes, visto que existem grandes divergências sobre o que seja realmente desenvolvimento. O que acontece é que existe confusão com o conceito “latu sensu” de desenvolvimento e com o conceito de “desenvolvimento econômico” puro e simples. Nesse aspecto a teoria econômica explica que o último é apenas uma espécie do primeiro, que é o gênero no qual figuram muitas outras noções.

Portanto inicialmente será abordado no estudo algumas das novas concepções de desenvolvimento existentes. Posteriormente serão analisados quais destas melhor atende ao cooperativismo diante de seus princípios basilares.

2 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO – ORIGEM E HISTÓRICO

A preocupação com o desenvolvimento teve origem com o pós-guerra, quando das negociações para o ajuste da paz mundial e está ligada embrionariamente à criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Em um primeiro momento o conceito de desenvolvimento foi atrelado ao de crescimento econômico. Tal fato se comprova face aos indicadores que mediam o desenvolvimento: o PIB³ nacional e o PIB per capita. Tanto que, ainda hoje, pessoas ainda entendem desenvolvimento como o aumento do capital econômico que possuem ou simplesmente o crescimento econômico.

³ PIB – Produto interno bruto.

Sachs (2004) confirma tal entendimento, pois afirma que a idéia do desenvolvimento surge como um dos pilares para a reconstrução da ordem mundial no período pós-segunda guerra e também como uma estratégia para impulsionar o processo de descolonização e emancipação dos países do Terceiro Mundo.

Aquele período caracterizou-se por maciças transformações sociais, econômicas e políticas em todas as regiões do mundo. O projeto desenvolvimentista, baseado na intensificação da urbanização e da industrialização teve, segundo Amim (2001), a complementaridade dos três projetos sociais da época. Na Europa Ocidental com o projeto do Estado do Bem-Estar Social das sociais-democracias nacionais. O “projeto Bandung” de construção nacional burguesa na periferia do sistema capitalista (ideologia do desenvolvimento). Por fim o projeto soviético, baseado em um sistema socialista, relativamente autônomo em relação ao sistema mundial dominante.

Ainda segundo Amim (2001, p. 184)

a dupla derrota do fascismo e do velho colonialismo havia, de fato, criado uma conjuntura que permitia às classes populares, as vítimas da expansão capitalista, impor as formas de regulamentação e acumulação do capital, às quais o capital, em si, viu-se forçado a se adaptar, e que estavam na raiz desse período de alto crescimento e de acumulação acelerada.

Nesse contexto, Seers (1970. p, 529) é o primeiro que busca uma subjetivação do conceito de desenvolvimento. Nesse mesmo sentido, a ONU também busca criar mais fatores de medição para o desenvolvimento e para isso cria em 1975 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ele busca mensurar três elementos básicos: qualidade de vida; longevidade; e nível de conhecimento. Além da ONU, também Boisier (dentre outros), autor com muitos estudos sobre esse tema, contribuiu sobremaneira para o progresso do conceito de desenvolvimento, visando sua complexidade e multidimensionalidade, confrontando-o ao paradigma anterior que, para ele, era reducionista, mecanicista e linear. Para Boisier (2001, p. 157) "entender el desarrollo requiere de enfoques holísticos, sistémicos y recursivos".

3 OS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO

Hodiernamente existem vários conceitos de desenvolvimento gerados pela enorme gama de estudos acadêmicos sobre o assunto. Os conceitos sempre evoluíram e cada vez mais tem se evidenciado um fervilhamento de novas espécies de modelos de desenvolvimento explicados pela academia. Além de muito funcionais, essas definições podem clarear algumas idéias sobre os novos paradigmas acerca do tema. É forçoso observar que os conceitos a seguir descritos irão remeter a um conteúdo exemplificativo de conceitos que não esgotam o assunto. Também é relevante o comentário de que esses são tipos ideais e que quando o desenvolvimento for pensado de forma prática, eles devem ser visualizados de maneira abrangente, entrecruzando todos esses conceitos.

Conforme Siedenberg (2006, p. 9), o termo desenvolvimento tem lugar de destaque na atualidade, e se insere nas mais diversas áreas, principalmente dentro das discussões das políticas públicas. Apesar disso, há uma grande dificuldade conceitual em função de sua abrangência que no início estava fortemente vinculada as questões econômicas e atualmente assume outras dimensões, também ao que ele engloba ou como pode ser fomentado.

Como primeiro tipo de desenvolvimento apresentado, temos o chamado Desenvolvimento Territorial que reflete a acepção mais ampla do desenvolvimento. Dentro das três possíveis características de complexidade – território natural; território intervindo e território organizado – sendo que apenas o terceiro tipo é passível de intervenções promotoras do desenvolvimento por ser passível de controle pelo homem. O território organizado possui atividades mais complexas, tem uma comunidade que se reconhece a partir dele e apresenta um tecido político, administrativo e institucional. "Así que la expresión 'desarrollo territorial' se refiere a la escala geográfica de un proceso y no a su sustância" (Boisier, 2001, p.159). A grande idéia nesse caso é de que o território contém e não de que ele está contido em um determinado modelo de desenvolvimento. Assim, é apenas uma parte dele que interessa quando se

vislumbra uma forma de desenvolvimento, ou seja, apenas a parte organizada, tendo em vista que é nela que podem ser geridas formas de desenvolvimento.

Já o Desenvolvimento Regional refere-se à complexidade. Nessa espécie de desenvolvimento é necessária a combinação das dimensões espacial, social e individual. O desenvolvimento de uma região se deve então, à transformação do território em sujeito coletivo, um processo de fortalecimento da sociedade civil, entendida como comunidade, indivíduos e região. (BOISIER, 1996. p. 3). Ainda para Boisier uma concepção atualizada e contemporânea do desenvolvimento regional “leva a reconhecer que se trata de um processo em curso com três cenários interdependentes e de recente configuração: há um cenário *contextual*, um cenário *estratégico* e um novo cenário *político*”.

Quando mencionamos o novo cenário contextual, deve-se saber que ele é o resultado da interação de dois processos, a abertura externa que é basicamente econômica e voltada para o mercado, cuja abertura é ocasionada e forçada pela globalização, e a abertura interna que podemos destacar seu teor político, que ocorre devido à descentralização, mas ambos os processos se encontram presentes em todos os países.

Diante do conceito do novo cenário estratégico, pode-se perceber que é construído a partir da interseção entre novas modalidades de configuração territorial, novos arranjos produtivos locais afins de organização e crescimento do local e região e também de novas modalidades de gestão regional, novos modelos de administrar esses arranjos e configurações que tentam se adequar a favor do desenvolvimento iminente.

O terceiro cenário dessa nova concepção atualizada e contemporânea é o cenário político. O qual é utilizado para se repensar o desenvolvimento regional, o qual, como os anteriores, é modelado e discutido sobre a interferência de dois processos, um seria a modernização do território e as novas funções dos governos territoriais, que devem se adequar aos novos arranjos produtivos locais e regionais. (BOISIER 1996).

Já para Oliveira e Lima (2003) quando se pensar em desenvolvimento regional é necessário visualizar “a participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do

processo de crescimento”, bem como entender que a formação de blocos regionais pode ser mais um instrumento de estímulo ao desenvolvimento. E nesse ponto também Boisier (1996) concorda quando escreve que “um efeito particularmente importante da globalização aparece no plano da política e da geografia política mundial. Na estruturação dos grandes blocos econômicos, como na União Européia”. Também afirma que ocorre um fortalecimento do Estado Nacional, pois a união destes em prol de um objetivo comum realiza a possibilidade de existência de um “quase Estado supranacional”. Da mesma forma entende que há um fortalecimento das instituições internas gerando um ambiente propício ao desenvolvimento. Finaliza afirmando que “é como se a globalização funcionasse como uma espécie de lente convexa: quando se olha para um lado, está-se privilegiando o micro; quando se olha para o outro, está-se privilegiando o macro”. (BOISIER, 1996) Deixa-se o registro, porém, que tal posição, embora bem fundamentada, recebe críticas dos nacionalistas que entendem que o Estado, na verdade, perde sua soberania e relativiza sua autonomia administrativa.

Com relação à noção de Desenvolvimento Local, deve-se estar bem focalizado qual é o espaço territorial a se desenvolver, visto que, dependendo do ponto de vista, o que é local passa a diferir. Em tal modelo se deve sempre focalizar o local de cima para baixo. Por exemplo, um Estado pode ser olhado como local se visto sob os olhares de um outro país, ou um município é local se olhado na perspectiva de um Estado Membro. Ocorre que existe um grande problema no mundo globalizado atual, quando se realiza um projeto de desenvolvimento em um padrão local, devido à grande mobilidade de capital transnacional que obstaculiza, pela sua natureza, o desenvolvimento com bases locais. Pois com essa característica de mobilidade não há mais a fixação de uma determinada empresa num local único. O empreendimento pode se fixar em um lugar hoje e amanhã já ter mudado sua sede para outro endereço em que haja mais vantagens econômicas para a empresa. Isso faz com que a empresa deixe para trás o chamado “lixo estrutural” por onde passa. Ou seja, uma legião de pessoas desempregadas e sem dinheiro para sobreviver, gerando um grande prejuízo social para aquele espaço geográfico, devido ao conseqüente estado de miséria e de violência causados (BAUMANN, 1999, p.

44 a 52). Por isso que pensar em um desenvolvimento local, desligado do regional é fantasioso.

Outra noção bastante interessante sobre o desenvolvimento local é trazida por Bocayuva (2007), quando afirma que:

A dimensão socioespacial que modela a hierarquia das relações entre os diferentes territórios, no contexto da globalização, exige uma abordagem complexa e dimensionada na grande escala. O desenvolvimento local não é um localismo, mas sim, um conjunto de respostas e conflitos dados pelas forças sociais e produtivas presentes num dado território. O desenvolvimento local emerge como a questão das oportunidades estratégicas nascidas das respostas para fazer frente ao atravessamento ativo dos sistemas locais, regionais e nacionais pelas redes e fluxos transnacionais.

Neste momento é imperioso o entendimento das diferenças entre as noções de Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Regional. Essa diferença se baseia em dois pontos básicos. O primeiro tem relação, obviamente, com a escala territorial em que estão contidos, sendo que neste sentido há uma distinção de funções, como por exemplo, a promoção do emprego que pode ser uma política local (individualizada e situada a um determinado empreendimento ou negócio), entretanto, a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologia, que possuem características mais amplas, pode ser de cunho regional. Em segundo lugar, há diferença na natureza das relações estabelecidas, pois no âmbito local elas são mais próximas, sendo possível o debate e a inter-relação pessoal entre os atores. Já no âmbito regional tais relações são mais corporativas e realizadas por intermédio de instituições.

Outra forma de desenvolvimento é o Endógeno que tem como expressão chave a convergência e a interação. É o desenvolvimento propulsionado por elementos internos, ou seja, de dentro para fora. Nesse processo o território, em sentido lato, atua decisivamente na formação de estratégias que influenciam sua dinâmica de desenvolvimento. Nele não há submissão a determinados empreendimentos ou a grupos econômicos, a própria população atua fazendo suas regras, embora isso seja muito difícil, mas não impossível. A interação entre os atores públicos e privados é fundamental para gerar a sinergia necessária para o processo de desenvolvimento. É um projeto coletivo de desenvolvimento, que se articula dentro de um território, daí

a idéia de endogenia. Nesse aspecto, por exemplo, o papel de uma Cooperativa se amolda bem a esta forma de promoção de desenvolvimento. Por fim, é relevante o entendimento constante da população envolvida que o

desenvolvimento regional depende da ativação social da população local, quer dizer, da capacidade de a região criar um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais, capaz de direcionar o crescimento, desencadeado por forças exógenas, para atingir o desenvolvimento no sentido estrito da palavra. (OLIVEIRA; LIMA, 2003)

A organização social da comunidade local é uma força considerada endógena, pois fomenta o desenvolvimento de dentro do local para fora e está associada “ao aumento da autonomia de decisão da região; ao aumento da capacidade regional para reter e reinvestir o excedente gerado pelo processo de crescimento; a uma permanente e crescente melhora social (qualidade de vida); e à preservação do meio ambiente”. (OLIVEIRA, LIMA, 2003)

O modelo de produção dominante atualmente é o flexível, ou seja, baseado no modelo Toyotista, não mais no modelo Fordista, isso fez com que a produção fosse descentralizada e terceirizada para outras organizações. Assim o processo produtivo não é mais organizado a partir de uma linha de montagem e sim de uma cadeia de empresas que efetuam determinados trabalhos. Atualmente o planejamento, as idéias e o capital possuem uma grande importância, relegando o trabalho manual (ou fabril) a um patamar bem abaixo do que ocupava no início do século passado. Essa inversão de valores ocasionou que os trabalhadores ficaram desamparados face a essas novas prioridades. Diante disso o modelo que se intensifica atualmente é o seguinte: a empresa motriz se encarrega do desenvolvimento dos padrões de produção, das novas tecnologias e decisões estratégicas, enquanto que aumenta a participação de pequenos empreendimentos locais (no caso podem ser as Cooperativas de Trabalho e Produção) quando há uma terceirização de serviços ou no processo de produção de uma mercadoria final. Neste momento, abre-se espaço para que a comunidade local se organize para fomentar o desenvolvimento de uma maneira endógena, aproveitando-se de fatores exógenos. Claro que está se falando sob a perspectiva de um modelo

ideal de gestão, sem a ingerência do grande capital sobre tais empreendimentos, com atualmente ocorre.

Outro estilo de desenvolvimento é buscado por Singer (2004), uma forma mais humana e equânime de desenvolvimento, que se contrapõe ao econômico/capitalista. Denomina-o de Desenvolvimento Solidário e afirma que:

O desenvolvimento almejado deve gradativamente tornar a relação de forças entre empreendimentos que não visam apenas nem principalmente aos lucros e os que sim o fazem, mais favorável aos primeiros. Se e quando a economia solidária, formada por empreendimentos individuais e familiares associados e por empreendimentos autogestionários, for hegemônica, o sentido do progresso tecnológico será outro, pois deixará de ser produto da competição intercapitalista para visar à satisfação de necessidades consideradas prioritárias pela maioria.

O autor propõe um novo estilo de desenvolvimento baseado no solidarismo entre as pessoas e as entidades, em prol de um objetivo único. Entende que um dos principais problemas enfrentados no mundo atual que atravança o crescimento igualitário entre as pessoas é o sentimento de competição entre ela. Isso faz com que se crie um sentimento de individualismo exacerbado que exaspera as relações humanas. Uma nova forma de instituição poderia ajudar na consecução deste novo modelo: os empreendimentos de economia solidária e nela estando contido o movimento cooperativista. (SINGER, 2004)

Segundo Singer (2004) esse novo paradigma está alicerçado em dois pilares: distribuição solidária da força de trabalho e meios de produção e a liberação gratuita da informação e pesquisa. Estes são os grandes fundamentos, além da cooperação livre, para a criação e manutenção do desenvolvimento solidário, conforme ensina:

O desenvolvimento solidário apóia se sobre os mesmos avanços do conhecimento, e sua aplicação aos empreendimentos humanos, que o desenvolvimento capitalista. Mas o desenvolvimento solidário propõe um uso bem distinto das forças produtivas assim alcançadas: essas forças deveriam ser postas – à disposição de todos os produtores do mundo, de modo que nenhum país, região ou localidade seja excluído de sua utilização, e portanto, dos benefícios que venham a proporcionar. Para tanto, o novo conhecimento não deveria ser propriedade privada, protegida por patentes, mas deveria ser livremente disponível para todos. (Esta proposição já se tornou concreta em relação ao *software* indispensável à utilização da

Internet: o movimento pelo “*software* livre” desenvolveu o sistema Linux, que representa hoje desafio formidável ao *monopólio do software*, explorado pela Microsoft). Isso requereria que o trabalho de P&D fosse pago por fundos públicos (como de fato já é, em boa parte) ou então que a P&D continue sendo feita para empresas privadas, mas seus resultados sejam socializados mediante o pagamento de um prêmio adequado aos que contribuíram desta forma para o avanço do conhecimento.

A grande bandeira de luta do autor é o incremento da possibilidade do desenvolvimento humano e não simplesmente do desenvolvimento econômico. Para isso, entretanto, requer-se outros tipos de relações humanas, baseada no solidarismo e na cooperação. A cooperação busca a expansão do bem-estar geral e isso se apresenta como um pré-requisito para o bem-estar individual. Nesse contexto o papel do Estado e de outras instituições coletivas de autoridade é fundamental. À medida que o capitalismo se especializa dentro das regiões, se faz necessário o incremento da capacidade de cooperação dos agentes locais em confrontarem, com organização, cooperação e inteligência, o poderio do capital. No esteio da discussão Sachs (2004, p. 26) enfatiza que para enfrentar os problemas causados pelo atual sistema hegemônico é necessário buscar uma aproximação da ética, da economia e da política, devido que as “desigualdades morais” somente serão superadas com atitudes éticas responsáveis, políticas públicas que promovam a transformação institucional e atitudes econômicas afirmativas em favor dos setores mais enfraquecidos da sociedade. Tudo isso atuando em conjunto e em prol de um objetivo único.

Esse modelo de desenvolvimento Singer (2004) chama de “desenvolvimento semi-capitalista”, ou seja, está inserido no paradigma capitalista, mas não se alimenta de seus princípios. Essa visão tenta contrapor a pretensão de universalidade do mercado livre, da empresa e das relações capitalistas com a universalidade dos direitos humanos, sociais e políticos bem como as condições de sua realização. Para que isso aconteça é necessária a mobilização de forças coletivas organizadas pautadas na cooperação, de acordo como o modelo de desenvolvimento solidário/humanista. Diante disso torna-se um modelo interconectado com os processos globais, mas com autonomia em relação ao capital para se autogerir. Assim o local se torna um importante ator da globalização e também presente no seu contexto, à medida

que valoriza seu produto de troca, basicamente, o trabalho, por meio da organização, criando uma esfera de agregação de valor social mais abrangente. A partir do momento que começa a se verificar que a organização gera resultados, se fortalece ainda mais os laços de cooperação e participação, fazendo nascer um círculo virtuoso de desenvolvimento. Esse tipo de desenvolvimento ainda pode delimitar seu território, mas pode avançar em perspectiva diante da possibilidade de estabelecer redes interlocais de cooperação entre diversos empreendimentos ganhando mais evidencia ainda, no âmbito regional, fortalecendo ainda mais a identidade coletiva, criando capacidade de fazer frente ao sistema.

4 O PAPEL DO MOVIMENTO COOPERATIVISTA NESTE NOVO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO E ENDÓGENO

O movimento Cooperativista tem como princípios basilares os mesmos princípios que os da Economia Solidária, portanto podem ser considerados como espécies do gênero que é a Economia Solidária.

Segundo Lopes (2007) as Cooperativas pode sim promover um novo modelo de desenvolvimento, embora apresente ressalvas de ordem prática, administrativas e econômico/jurídicas, conforme descreve:

Sem dúvida, as cooperativas representam hoje uma alternativa à retração de postos e rendimentos do trabalho, atuando em favor de um desenvolvimento baseado na desconcentração do capital e distribuição de renda. Contudo, em meio aos constrangimentos do mercado, as cooperativas não estão imunes a desvirtuamentos em seus princípios democráticos e distributivos. Há vários casos de cooperativas que funcionam como verdadeiras empresas, com administrações centralizadas e estratégias agressivas de mercado, alijando os associados da gestão do negócio e da partilha dos resultados alcançados. Ao mesmo tempo, a busca pela redução dos custos a qualquer preço tem levado com que empresas se utilizem de cooperativas de trabalho de modo a burlar suas obrigações trabalhistas.

Entretanto, como anteriormente mencionado, o modelo de desenvolvimento que as Cooperativas em geral, melhor se inserem é o solidário/humanístico combinado com o endógeno, pois se baseiam na cooperação e na organização da sociedade local em prol de objetivos

específicos e comuns. Isso é saliente, também, pelos fatores endógenos de desenvolvimento criados por esse tipo de organização, na medida em que indivíduos por vezes relegados a marginalização do sistema de desenvolvimento capitalista podem promover o seu retorno a existência digna através do ingresso nessas organizações.

É importante neste desiderato compreender o que seja uma Cooperativa de Trabalho. Para isso trazemos o conceito de Mauad que estabelece bem todas as características de um empreendimento deste nível:

Cooperativas de trabalho são as organizações formadas por pessoas físicas, trabalhadores autônomos ou eventuais, de uma ou mais classes e profissões, reunidos para o exercício profissional em comum, com a finalidade de melhorar a condição econômica e as condições gerais de trabalho dos seus associados, em regime de auto-gestão democrática e de livre adesão, os quais, dispensando a intervenção de um patrão ou empresário, propõem-se a contratar e a executar obras, tarefas, trabalhos ou serviços públicos ou particulares, coletivamente por todos ou por grupos de alguns.

Andrioli (2004, p. 35) esclarece qual o papel do movimento cooperativista no contexto da globalização econômica em prol de um novo modelo de desenvolvimento:

Na disputa de forças na sociedade, a cooperativa representa os interesses de seus associados. Entretanto, quando os interesses dos associados extrapolam a satisfação de necessidades imediatas e preconizam uma amplitude cada vez maior de reivindicações no sentido de romper com a lógica da desigualdade e da concentração da riqueza produzida, a cooperativa pode transformar-se numa força política aliada a uma classe social. Alia-se a isso o potencial educativo da cooperativa, que propicia a democracia participativa em suas instâncias, mostrando, com o seu exemplo, que é possível construir novas formas de participação na sociedade como um todo.

Por fim Singer (2004) esclarece que os fatos históricos da economia contribuíram, para aumentar a luta ideológica entre os diversos tipos de desenvolvimento. Em tal fato a constante reestruturação dos modelos de desenvolvimento, que acentuam a “liberdade do mercado em detrimento dos controles dos Estados nacionais sobre a dinâmica do capital não anula um outro fato: o de que a revolução microeletrônica e telemática contribuíram para que o capital produtivo (não o financeiro) se descentralizasse”. Isso abre caminho para um “desenvolvimento misto” calcado em pequenas e médias

empresas e também de empreendimentos formados pela força cooperativa, guiado pelos valores da solidariedade e cooperação.

Assim, como já foi dito no início deste capítulo, a Cooperativa de Trabalho pode sim fomentar um novo desenvolvimento, não apenas econômico, mas também humano, visto que essas entidades possuem dupla natureza: ao mesmo tempo em que tem natureza social também possui natureza econômica, pois visa o bem estar de seus sócios, e da sociedade em geral, através da melhora de seus rendimentos, inclusive. Isso ocorre pelo fato de que o sócio além de possuir a qualidade de trabalhador e usuário do serviço, também é dono do empreendimento, possibilitando a tomada de decisões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema desenvolvimento sempre foi muito complexo. Embora existam diversos estudos já realizados sempre existem lacunas a preencher e novas abordagens a serem realizadas.

Uma delas é como a cooperação, exemplificada pelos empreendimentos cooperativos, pode ser um elemento propulsor do desenvolvimento. E que tipo de desenvolvimento eles podem gerar.

Quanto aos modelos de desenvolvimento viu-se que existem vários. Estudaram-se alguns que tem relação com os espaços regionais em que a vida das pessoas efetivamente acontece, tais como: o modelo de desenvolvimento territorial (baseado numa concepção ampla de território em que se pretende gerenciar melhor a organização do desenvolvimento); o modelo de desenvolvimento regional (baseada na idéia mais atual da globalização, que é a integração econômica entre países no intuito de tornar os países envolvidos mais fortes e, com isso, mais desenvolvidos); o modelo de desenvolvimento local (baseado no fracionamento e mapeamento de espaços territoriais determinados, realizando projetos de desenvolvimento naquele local); o modelo de desenvolvimento endógeno (baseado na realização de projetos de desenvolvimento que partam do engajamento da sociedade local, formando uma base que prospere de baixo para cima); e por derradeiro, o modelo de

desenvolvimento solidário (baseado em projetos de desenvolvimento que privilegia as pessoas através da cooperação e da solidariedade entre elas). O que se observa numa primeira análise é que nos três primeiros modelos não há uma preocupação em integrar e privilegiar a comunidade, por isso o conseqüente desenvolvimento gerado pode não ser o mais benéfico para esses indivíduos e até mesmo acentuar as desigualdades. Já no desenvolvimento endógeno e o solidário a sua gênese privilegia as pessoas, por isso seus efeitos podem ser de intensificação do crescimento econômico e social de todos equanimemente, gerando assim uma redução nas desigualdades tanto regionais quanto sociais. Afinal, como o princípio desses modelos é o desenvolvimento social harmonioso, principalmente no modelo solidário, caso não haja a diminuição das mazelas sociais, não pode ser dito que um determinado projeto de desenvolvimento implantado tenha sido exitoso.

Ressaltamos, entretanto, que esse é um estudo preliminar, visto que seria necessário muito mais fôlego para se discutir todas as questões arraigadas nesse tema, mas já é possível verificar que a doutrina é adepta da idéia de que as cooperativas são fontes de um desenvolvimento mais humano, e que sua força emerge da base local para o global, portanto possui natureza de desenvolvimento endógeno calcado também em um desenvolvimento solidário/humanista.

As Cooperativas possuem características endógenas pelo fato de que realizam a organização dos trabalhadores locais, baseados na cooperação solidária em busca de seus objetivos específicos. Elas fazem com que os trabalhadores tenham unidade e, conseqüentemente, maior força para enfrentar a luta contra o capital, representado pelas grandes empresas. Como possui essa característica agregadora das forças trabalhadoras, pode fomentar o desenvolvimento local, como também pode desempenhar papel importante no desenvolvimento regional, face à possibilidade de criação de redes de cooperação interinstitucionais, em que variados empreendimentos de mesma natureza colaborem entre si, aumentando ainda mais sua força institucional.

Por fim, se observa que os empreendimentos de Cooperativas de Produção e de Trabalho podem ser fontes de desenvolvimento humano pelas

características que possuem, já que são os próprios trabalhadores os “donos” e administradores desses empreendimentos. Em princípio isso causa a existência de um espírito de igualdade e cooperação entre os trabalhadores. Também pelo fato de que tais empreendimentos não estão filiados aos princípios do modelo de produção capitalista, pois se baseiam em valores como a autogestão, a cooperação, a solidariedade e a igualdade.

6 REFERÊNCIAS

AMIM S. A economia política no século XX. In: Abramovay R, Arbix G, Zilbovicius M, (Orgs). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Unesp/EDUSP; 2001. p. 179-195.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Trabalho coletivo e educação**: um estudo das práticas cooperativas do PCE – Programa de Cooperativismo nas Escolas – na região fronteira noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Dissertação. Mestrado em Educação nas Ciências. Unijui. 2004.

BAUMANN; Zygmunt. **Globalização**: as conseqüências humanas. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. **Desenvolvimento local e redes socioproductivas**. Disponível em http://www.coordinationsud.org/Abong1/IMG/doc/desenvolvimento_local_e_re-des_socioproductivas.doc. Acessado em 29/12/2007.

BOISIER, Sergio. **Desarrollo (local)**: ¿de que estamos hablando? Buenos Aires: Centro de estudios desarrollo y território, 2001.

BOISIER; Sérgio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e políticas públicas**. nº 13, p. 111 – 143, jun. de 1996.

FRAGOSO; António. Desenvolvimento participativo: uma sugestão de reformulação conceptual. **Revista Portuguesa de Educação**. Braga, v. 18. n. 1, p. 23-51 Universidade de Minho. 2005.

LOPES, João Roberto. **Cooperativas e responsabilidade social**. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/media/artigorevJR.doc>. Acesso em: 30/03/2011.

MAUAD, Marcelo Jose Ladeira. **Cooperativas de trabalho**: sua relação com o direito do trabalho. 2. ed. rev. e atual. - São Paulo: LTr, 2001.

OLIVEIRA; Gilson Batista de; LIMA; José Edmilson de Souza. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista FAE**, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003

SACHS Ignacy. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

SEERS, Dudley. O desafio às teorias e estratégias desenvolvimentistas. **Revista Brasileira de Economia**. 24(2), p. 529, jul/set, 1970.

SIEDENBERG, Dieter R.. **Desenvolvimento: ambigüidades de um conceito difuso**. Cadernos EBAPE.BR, v. IV, p. 1-15, 2006.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, nº 18 (51), p. 7-22, julho, 2004.

Recebido para publicação: 11/10/2011

Aceito para publicação: 09/08/2012